Jornal O DIA SP
Fundado em 5 de abril de 1933
www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2026 | Nº 26.274 | Preço banca: R$ 3,50

Governo anuncia medidas de ajuste para economia de até R$ 60 bilhões

Saques da poupança superam depósitos em R$ 8,88 bi em outubro

Página 3

Faturamento da indústria sobe 0,8% em setembro, mostra CNI

Página 4

O governo federal prepara um pacote de medidas de ajuste fiscal com potencial de gerar uma economia entre R$ 50 bilhões e R$ 60 bilhões em 2027. A proposta foi apresentada na quarta-feira (11) pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), no Congresso Nacional.

As medidas serão reunidas em um projeto de lei complementar (PLP), negociado com lideranças do Senado. O objetivo é reforçar o controle das despesas, ampliar a arrecadação e contribuir para o cumprimento da meta fiscal do próximo ano.

Segundo Moretti, o pacote combina iniciativas de aumento de receitas e racionalização de gastos, com a preservação de despesas essenciais à garantia de direitos sociais. Página 4

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

29º C
16º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,56
Venda: 5,56

Turismo
Compra: 5,59
Venda: 5,77

EURO

Compra: 6,16
Venda: 6,16

Em alta, produção de veículos ultrapassa 250 mil unidades em outubro



Foto Raja Neddermeyer/ABr

Página 3

Aneel propõe Tarifa Hora Certa para reduzir valor em função do horário

Página 6

InvestSP avança na 1ª edição do Programa de Promoção Internacional do Café Paulista e amplia oportunidades na China e na Europa

Página 2

Trabalhador poderá autorizar bancos a consultar extrato do FGTS

A Caixa Econômica Federal passou a permitir na terça-feira (10) que trabalhadores autorizem instituições financeiras a consultar informações do extrato do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O serviço pode ser usado para comprovar renda ou vínculo empregatício em operações financeiras. Página 6

Esporte

SM Kart Competition encerra temporada de sucesso com 535 pilotos e 17 títulos

O SM Kart Competition encerrou a temporada 2026 com números expressivos, consolidando seu sucesso no kartismo amador. Ao longo de dez etapas, disputadas inicialmente no Kartódromo de Interlagos e posteriormente no Kartódromo Granja Viana, o campeonato reuniu 535 pilotos, movimentou 14 categorias e definiu 17 títulos, em um ano marcado por competitividade, integração e valorização dos participantes.

Muito além das disputas nas pistas, o SM Kart Competition se destacou pela estrutura oferecida aos competidores e pelas atrações que transformaram cada etapa em um verdadeiro evento de entretenimento e confraternização.

Durante a temporada, foram distribuídos cerca de 2 mil prêmios e brindes, além da realização de diversos sorteios. Todas as etapas contaram com transmissão ao vivo pelo YouTube, cobertura fotográfica profissional, simulador de pilotagem, massagens para os pilotos, feira de produtos e o Desafio dos Patrocinadores.

Entre os destaques das premiações estiveram os produtos da Biscoitos Aldeia da Serra, macacões e luvas da DKR e sapatilhas da KDA, reforçando a participação dos parceiros no sucesso da competição.

Com uma programação que combinou esporte, lazer e experiências para os participantes, o SM Kart Competition encerra 2026 com um balanço positivo, demonstrando a força do kartismo amador e sua capacidade de reunir centenas de apaixonados pela velocidade em um ambiente de competição e confraternização.

Confira os campeões da temporada 2026:

* Graduados: Nicolas Waldrigues; * Graduadas: Jéssica Munic; * Graduadas B: Rebeca Machado; * Novatos Misto: Nicolas Waldrigues; * Novatos Light: Nicolas Moreira; * Estreantes Misto: Kelvyv Tagliacolli; * Estreantes Feminina: Maria Victória Rodrigues; * Sênior: Rodrigo Oliveira; * Super Sênior: Marco Verga; * Dupla Sênior + Super Sênior: Simply the Best; * Speed Angels Pro: Lucas D'Angelo; * Speed Angels Light: Jéssica Tanaka; * Trio Speed Angels: Overtake Girls; * Trio Speed Geral: Rebeca Machado; * Santidade Racing: Diego Santana; * Mario Rotama: André Silva; * Maníacos do Kart: Peterson Rodrigues.



Foto/ Clicados no kart

Todas *as categorias do SM Kart Competition sempre foram muito disputadas*

Com 17 títulos definidos, o SM Kart Competition fecha mais uma temporada de destaque, tendo como grandes vencedores não apenas os campeões, mas todos os participantes que contribuíram para o sucesso do campeonato.

Campeonato Pan-Americano de Ginástica Aeróbica agita Aracaju

Os fãs da Ginástica Aeróbica do continente voltam sua atenção para Aracaju. A partir de quarta-feira (11), as delegações do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Haiti, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela entram em ação no Campeonato Pan-Americano e na Copa Pan-Americana de Clubes. Os dois eventos serão realizados no Ginásio Constâncio Vieira.

As competições reúnem representantes de diferentes categorias da Ginástica Aeróbica e representam uma importante oportunidade de intercâmbio esportivo entre os países das Américas. A realização dos eventos em Aracaju também reforça a trajetória da capital sergipana como sede de grandes competições de ginástica.

Na terça-feira (10), foi realizado o Congresso Técnico, que reuniu representantes das delegações participantes para os últimos alinhamentos antes do início das disputas.

O presidente da Confederação Brasileira de Ginástica (CBG), Henrique Motta, destacou a importância da realização das competições no país. "Receber o Campeonato Pan-Americano de Ginástica Aeróbica e a Copa Pan-Americana de Clubes no Brasil representa mais um passo no nosso compromisso com o fortalecimento de todas as modalidades da ginástica. Queremos ampliar as oportunidades de desenvolvimento dos atletas, valorizar o trabalho realizado pelos clubes e treinadores e incentivar a formação de novas gerações. Competições dessa dimensão também aproximam o público da modalidade e contribuem para que a ginástica brasileira continue crescendo de forma consistente", afirmou Henrique.

No total, mais de 600 ginastas vão participar. Ricardo Resende, vice-presidente da União Pan-Americana de Ginástica, presidente do Comitê Organizador Local e diretor-geral da Confederação Brasileira de Ginástica, ressaltou o papel do Brasil no desenvolvimento da ginástica no continente e a experiência de Aracaju na realização de grandes eventos esportivos.

"O Brasil tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento das diferentes modalidades da ginástica nas Américas, não apenas pelos resultados esportivos, mas também pelo trabalho de fortalecimento das modalidades e pela capacidade de organizar grandes competições internacionais. Aracaju já recebeu importantes eventos de ginástica e vem se consolidando como uma referência na realização dessas competições. Receber o Pan-Americano reforça esse compromisso e amplia as oportunidades de intercâmbio e crescimento técnico entre os países do continente. Além disso, é um evento que transcende a ginástica, movimenta a economia, gera emprego, gera renda, aquece o turismo e fomenta a modalidade no nosso estado e no país", destacou Ricardo.

Kátia Lemos, coordenadora do Comitê de Ginástica Aeróbica da CBG, falou sobre a importância da realização do evento na capital sergipana. "Esses eventos são uma grande oportunidade para ampliarmos a visibilidade de nossa modalidade. Acredito que poderemos ampliar nossa base de praticantes e de fãs. E é muito bom que seja realizado em Aracaju, uma cidade na qual a ginástica cresce bastante."

A especialista acredita que o Pan será especialmente importante. "Temos o objetivo de ampliar a experiência de nossos atletas em grandes eventos, o que certamente fortalecerá a Ginástica Aeróbica do Brasil. Vamos participar com atletas de excelente qualidade técnica", acrescentou Kátia.

Governo inicia a 7ª edição da Pesquisa de Percepção do Turismo

Os municípios turísticos paulistas já podem participar da 7ª edição da Pesquisa de Percepção da População sobre o Turismo, realizada pelo Centro de Inteligência da Economia do Turismo, vinculado à Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (CIET/Setur-SP). Em parceria com as prefeituras locais, o questionário da pesquisa tem o objetivo de coletar a opinião da população para entender como o turismo influencia o cotidiano da população de cada região do estado. O levantamento seguirá até 24 de janeiro de 2027.

A participação é fundamental para identificar os efeitos da atividade turística em diferentes aspectos da vida local, como a geração de renda e empregos, a preservação ambiental, a valorização cultural, a infraestrutura e a convivência entre visitantes e comunidades. As respostas ajudam a construir um retrato de como a população percebe o desenvolvimento do setor e quais pontos merecem atenção do poder público.

Realizada pelo sétimo ano consecutivo em parceria com as prefeituras, a pesquisa também funciona como um indicador de sustentabilidade com relação à governança de destinos turísticos, uma vez que a pesquisa é uma ferramenta para o poder público ouvir as demandas da população. Os dados coletados oferecem subsídios para o planejamento municipal e regional, contribuindo para que gestores identifiquem oportunidades, desafios e prioridades na formulação de políticas públicas para o turismo.

Na edição anterior, a iniciativa alcançou um recorde de participação, com mais de 46 mil respostas válidas em 468 municípios paulistas. A expectativa é ampliar esse alcance. Para isso, a Setur-SP reforça a importância de as prefeituras divulgarem o questionário em seus canais oficiais e demais meios de comunicação, incentivando os moradores a responderem. Quanto maior a participação, mais representativo será o diagnóstico.


Foto/Divulgação/Governo de SP

Na sexta edição, a pesquisa detectou uma percepção positiva dos moradores em relação à atividade turística. Para 61,3% dos entrevistados, é totalmente seguro fazer turismo em seus municípios. Além disso, 52,2% consideram que o turismo promove a integração entre visitantes e comunidade local, enquanto 60,6% concordam totalmente que a presença de turistas contribui para ampliar a oferta cultural das cidades.

Municípios que ainda não receberam as orientações para participar podem entrar em contato pelo e-mail pesquisa@ turismo.sp.gov.br. (Governo de SP)

CESAR NETO



www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Na cidade, a maior Expo Cristão do Século 21. Na América Sul, um papa norte-americano pregando comportamentos do Século 20. Aqui, cristãos vereadores(as) tentando discernir os sinais dos tempos ...

.

PREFEITURA (São Paulo)
Na cidade, a maior Expo Cristã do Século 21. Na América Sul, um papa norte-americano pregando comportamentos do Século 20. Aqui, o cristão e prefeito Ricardo Nunes tentando discernir os sinais dos tempos ...

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Na capital, a maior Expo Cristã do Século 21. Na América Sul, um papa norte-americano pregando comportamentos do Século 20. Aqui, cristãos deputados(as) tentando discernir os sinais dos tempos ...

.

GOVERNO (São Paulo)
Na capital, a maior Expo Cristã do Século 21. Na América Sul, um papa norte-americano pregando comportamentos do Século 20. Aqui, o cristão e governador Tarcísio Freitas tentando discernir os sinais dos tempos ...

CONGRESSO (Brasil)
Em Brasília, repercutindo a maior Expo Cristã do Século 21 em SP. Na América Sul, um papa norte-americano pregando comportamentos do Século 20. Aqui, cristãos deputados(as) e senadores(as) tentando discernir os sinais dos tempos ...

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Em Brasília, repercutindo a maior Expo Cristã do Século 21 em SP. Na América Sul, um papa norte-americano pregando comportamentos do Século 20. Aqui, o cristão e vice Alckmin tentando discernir os sinais dos tempos ...

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Em Brasília, repercutindo a maior Expo Cristã do Século 21 em SP. Na América do Sul, um papa norte-americano pregando comportamentos do Século 20. Aqui, o STF tentando discernir os sinais [sem as Éticas e as Justas Justiças do Cristo] dos tempos ...

.

ANO 34
O jornalista **Cesar Neto** usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Jesus respondeu:— Se um de vocês tiver uma ovelha, e no sábado ela cair num buraco, será que ele não vai fazer tudo para tirá-la dali? Pois uma pessoa vale muito mais do que uma ovelha. Portanto, a nossa Lei permite ajudar os outros no sábado" **Mateus 12.11,12 (NTLH)**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

MP recomenda estudos de segurança e limite de público para megablocos em SP

O Ministério Público de São Paulo recomendou à gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) que condicione a concessão de autorização para megablocos no Carnaval de 2027 a estudos técnicos que comprovem a segurança dos trajetos a serem percorridos.

O documento, expedido no dia 20 de outubro pela Promotoria de Habitação e Urbanismo da Capital, pede a definição e a divulgação da capacidade máxima de público de cada via.

Procurada por email na tarde desta terça-feira (10), a Prefeitura de São Paulo não se manifestou até a publicação deste texto.

A recomendação dá atenção às ruas da Consolação e Augusta, onde a Polícia Militar já havia apontado riscos relacionados à escassez de áreas de escape, às barreiras físicas e ao declive acentuado.

O encontro dos megablocos Acadêmicos do Baixo Augusta e do DJ Calvin Harris provocou uma confusão na rua da Consolação, na região central de São Paulo, no pré-Carnaval deste ano, deixando milhares de pessoas amontoadas e prensadas nas grades de proteção.

Segundo o documento, a Consolação concentrou mais de 1 milhão de pessoas no pré-Carnaval de 2026, conforme estimativa da Secretaria da Segurança Pública. Foi necessário fechar estações do Metrô por seis horas e improvisar rotas de fuga.

Os promotores também recomendam um plano integrado entre órgãos municipais, forças de segurança e operadoras do transporte metroferroviário, com monitoramento da lotação em tempo real, rotas de fuga e critérios para restringir acessos.


Foto/Governo de SP

Os planos dos blocos, incluindo a estrutura de atendimento médico, banheiros e pontos de água potável, deverão ser apresentados e analisados com antecedência mínima de 45 dias à data do desfile. (Folhapress)

InvestSP avança na 1ª edição do Programa de Promoção Internacional do Café Paulista e amplia oportunidades na China e na Europa


Foto/Governo de SP

O café paulista está conquistando novos espaços no mercado internacional. Em sua primeira edição, o Programa de Promoção Internacional do Café Paulista, desenvolvido pela InvestSP, agência vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, já apresenta resultados na aproximação de produtores com compradores estrangeiros, especialmente na China e na Europa. A iniciativa reúne oito empresas das regiões da Serra da Mantiqueira (São Sebastião da Grama, Divinolândia e Socorro), Garça, Alta Mogiana, Circuito das Águas Paulista e Vale do Paranapanema, combinando capacitação, inteligência de mercado e ações comerciais para ampliar a presença do produto paulista no exterior.

A China é um dos principais mercados estratégicos do programa. Historicamente conhecida pela tradição milenar do consumo de chá, o país vem incorporando cada vez mais o café aos hábitos de consumo. Segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o consumo da bebida cresceu 150% na última década. O movimento é impulsionado especialmente pelos consumidores mais jovens e pela crescente procura por cafés de qualidade.

Nesse cenário, Xangai se destaca como um importante centro para a expansão do setor. A cidade concentra o maior número de cafeterias do mundo, com mais de 10 mil estabelecimentos registrados em 2025, segundo o China Urban Coffee Development Report 2026.

"A China representa uma oportunidade estratégica para o café paulista. Estamos falando de um mercado em plena expansão, com consumidores cada vez mais interessados em cafés de qualidade. Desde 2019, contamos com um escritório da InvestSP em Xangai, que desempenha um papel fundamental na aproximação dos produtores paulistas com potenciais compradores, na promoção dos nossos produtos e na construção de novas oportunidades de negócios", destaca Julia Salluh, diretora de Relações Internacionais e Comércio Exterior da InvestSP.

Ao longo de 2026, o programa já promoveu apresentações e degustações de cafés paulistas para importadores em Xangai, participou de um festival gastronômico em Yangzhou e realizou ações de promoção no Hongqiao International Coffee Harbor, importante polo comercial do setor. As atividades permitem apresentar a qualidade e a diversidade da produção paulista, além de identificar oportunidades de negócios no mercado asiático.

Outra frente importante é a preparação das empresas para o comércio internacional. O programa desenvolveu um catálogo institucional em inglês, alemão e mandarim, guias de inteligência de mercado e promoveu, em parceria com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o workshop Caravana do Agroexportador: Café Paulista no Mundo, que reuniu cerca de 25 empresas para discutir requisitos de exportação, rastreabilidade e oportunidades comerciais nos mercados alemão e chinês.

Os resultados acompanham o fortalecimento da cadeia cafeeira paulista. Entre 2024 e 2026, as exportações de café do Estado registraram crescimento de 10,4%, reforçando a importância de iniciativas que promovam a competitividade e a internacionalização do setor.

A valorização do café também acontece dentro do próprio Estado. Em abril de 2025, o Governo de São Paulo lançou as Rotas do Café de São Paulo, iniciativa que conecta a tradição cafeeira ao turismo, à gastronomia e ao desenvolvimento regional. O projeto reúne fazendas históricas, propriedades produtoras, cafeterias, museus e experiências que valorizam a cultura do café e contribuem para ampliar a visibilidade dos produtos paulistas. Em 2025, os empreendimentos participantes registraram crescimento médio de 37,25% no fluxo de visitantes e de 35,75% no faturamento.

Até o fim de 2026, a InvestSP prevê ampliar a promoção internacional do café paulista com a participação na China International Import Expo (CIIE), em Xangai, além de uma degustação direcionada a importadores chineses, com apoio do Consulado do Brasil. Na Europa, estão previstas ações de apresentação e degustação durante o roadshow Doing Business in São Paulo, na Alemanha.

Com essas iniciativas, a InvestSP busca consolidar novas conexões comerciais, ampliar o acesso dos produtores paulistas a mercados estratégicos e fortalecer o reconhecimento internacional do café produzido no Estado. (Governo de SP)

São Paulo recebe festival de filmes sobre mobilidade urbana

A capital paulista recebe, a partir desta quinta-feira (12), o Mobifilm, um festival de filmes sobre mobilidade urbana. O evento terá a exibição de 37 filmes e a realização de debates sobre mobilidade urbana, transporte público e segurança viária. O festival ocorrerá no Insper, na Vila Olímpia, em São Paulo, de 12 a 14 de novembro.

Serão exibidas produções que abordam diferentes aspectos da mobilidade urbana, das relações sociais e das transformações das cidades. Os filmes estão divididos em sete categorias temáticas: transporte público; segurança viária; mobilidade ativa; cidade, clima e mobilidade; criança e mobilidade urbana; gênero e raça na mobilidade urbana; e logística urbana e a condição dos trabalhadores.


Foto/Governo de SP/ABr

O festival, que teve início em 2016, foi inspirado pela Década Mundial de Segurança Viária da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2011 a 2020. Desde então, recebeu aproximadamente 500 filmes, selecionou e exibiu 200, e premiou 70. A programação completa pode ser vista em www.mobifilm.com.br. (Agência Brasil)

Saques da poupança superam depósitos em R$ 8,88 bi em outubro

Os saques da caderneta de poupança superaram os depósitos em R$ 8,88 bilhões em outubro, informou o Banco Central. No mês passado, foram depositados R$ 341,49 bilhões e retirados R$ 350,37 bilhões.

Os rendimentos creditados somaram R$ 6,32 bilhões. Com isso, o saldo total da aplicação encerrou o mês em R$ 1,01 trilhão, segundo relatório divulgado na quarta-feira (11) pela autoridade monetária.

O resultado foi melhor que o registrado em setembro, quando a retirada líquida somou R$ 9,35 bilhões. Também ficou abaixo da saída líquida de R$ 9,65 bilhões observada em outubro de 2025.


Foto/Marcello Casal Jr/ABr

Acumulado

De janeiro a outubro, a poupança acumulou retirada líquida de R$ 75,31 bilhões. No período, os depósitos somaram R$ 3,55 trilhões e os saques, R$ 3,62 trilhões.

A predominância de retiradas marcou praticamente todo o ano de 2026. Dos dez meses encerrados em outubro, apenas maio apresentou captação líquida positiva, de R$ 2,6 bilhões.

Nos demais meses, os saques superaram os depósitos. Janeiro teve o pior resultado do ano, com saída líquida de R$ 23,51 bilhões.

A migração de recursos para outras aplicações ocorre, em especial, por conta do cenário de juros elevados.

Selic

No início deste mês, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 13,75% ao ano e afirmou que as expectativas de inflação seguem acima da meta, exigindo cautela na condução da política monetária.

Juros mais altos aumentam a atratividade de investimentos de renda fixa, como títulos públicos e aplicações atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que costumam oferecer rentabilidade superior à da poupança.

Segundo o mais recente Boletim Focus, as instituições financeiras passaram a projetar taxa Selic de 13,75% ao fim de 2026, mesmo patamar atualmente em vigor. O mercado também estima inflação de 5,22% neste ano e crescimento de 1,75% para a economia brasileira. (Agência Brasil)

Petrobras tem lucro de R$ 39,8 bilhões no 3º trimestre, alta de 21,5%

A Petrobras atingiu lucro líquido de R$ 39,8 bilhões no 3º trimestre de 2026, que corresponde a alta de 21,5% na comparação com o mesmo período do ano passado. O balanço divulgado pela companhia na terça-feira (10) informa que o fluxo de caixa operacional (FCO) alcançou R$ 61,8 bilhões (US$ 12 bilhões), um crescimento de 15% em doze meses.

"Nossa projeção era encerrar o ano com produção média de 3,1 milhões de barris de óleo equivalente por dia, mas nossas estimativas agora apontam para uma média entre 3,3 e 3,4 milhões de barris por dia", afirmou a presidente da companhia, Magda Chambriard.

Em 2026, a Petrobras bateu recorde trimestral na produção de óleo por três vezes, de forma sequencial. Além disso,11 plataformas foram autorizadas a produzir, com segurança, acima da capacidade original sem investimento extra nas unidades de produção.

As vendas de derivados no mercado interno alcançaram 1.854 milhões de barris de petróleo por dia (mbpd) no trimestre, o maior volume desde o terceiro trimestre de 2021 e o melhor resultado com o atual parque de refino. Foi registrado também recorde trimestral na produção de diesel, de 769 mbpd. Já a produção total de derivados atingiu 1.873 mbpd no período.

No terceiro trimestre, o montante de investimento chegou a R$ 33 bilhões (US$ 6,4 bilhões), sendo R$ 27,5 bilhões no segmento de exploração e produção, que resultou em construção de plataformas e interligações de poços.

Dividendos

Foram aprovados para o período R$ 15,3 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio, que serão distribuídos entre acionistas privados e públicos.

Os dividendos serão pagos em duas parcelas: a primeira, em 22 de fevereiro de 2027, e, a segunda, em 22 de março de 2027. (Agência Brasil)

Em alta, produção de veículos ultrapassa 250 mil unidades em outubro

A produção de veículos no Brasil – automóveis, ônibus e caminhões – somou 254,5 mil unidades em outubro. O número representa 2,7% a mais do que em outubro de 2025. Na comparação com setembro, houve queda de 5,1%.

No acumulado do ano, foram produzidos 2,420 milhões de autoveículos, cerca de 180 mil unidades a mais do que no mesmo período do ano passado.

Os dados foram divulgados na quarta-feira (11) pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Vendas

Segundo o balanço, as vendas no mercado interno avançaram 1,8% em outubro deste ano ante o mesmo mês de 2025, alcançando os 265,5 mil autoveículos.

Na comparação com o mês anterior, houve queda de 5,6% nas vendas. No acumulado do ano, a alta foi de 16,1%, com 2,522 milhões de unidades comercializadas.

A Anfavea apurou que esse resultado foi puxado principalmente pelos automóveis e comerciais leves.

Os emplacamentos dessas categorias avançaram 17,3%, ao passar de 2,057 milhões para 2,412 milhões de unidades. Já o segmento de caminhões e ônibus recuou 4,4% (109,4 mil unidades).

A entidade, entretanto, demonstra preocupação com as exportações que apresentaram queda e as importações que subiram. Isso ampliou o desequilíbrio comercial e levou ao déficit de 157,6 mil unidades nos dez primeiros meses de 2026, após o superávit registrado no mesmo período de 2025.

Em outubro, os embarques de veículos para o exterior somaram 29,1 mil unidades, queda de 28,3%, na comparação com outubro de 2025. Em relação a setembro, a redução foi de 26,9%. No acumulado do ano, a queda chega a 23,5%, com 363,1 mil remessas.

De acordo com a Anfavea, o desempenho reflete a perda de participação dos fabricantes instalados no Brasil nos mercados vizinhos, sobretudo para produtos provenientes da Ásia e do México. "A Argentina, historicamente o principal destino das exportações brasileiras, também enfrenta retração do mercado interno, o que afeta diretamente os embarques nacionais."

Em outubro, 56,7 mil veículos foram importados, crescimento de 22,3% em relação ao mesmo mês de 2025. Na comparação com setembro, o volume ficou praticamente estável, com recuo de 0,8%. Entre janeiro e outubro, as importações chegaram a 520,7 mil unidades, alta de 29,5%.

Segundo a Anfavea, isso ocorreu devido à mudança na composição das importações, com os modelos chineses sendo o dobro dos argentinos nos emplacamentos brasileiros (288 mil contra 143 mil). Esse cenário inverte a liderança da Argentina, que se manteve como principal origem dos veículos importados até meados de 2025.

O presidente da Anfavea, Igor Calvet, alertou para o fato de que o setor está assistindo a uma mudança importante na dinâmica do comércio exterior, com os veículos chineses assumindo a liderança entre as origens das importações brasileiras, com o dobro do volume vindo da Argentina.

"A Argentina é um país parceiro de livre comércio com quem trocamos produtos numa via de mão dupla. Mesmo com Imposto de Importação de 35%, ainda somos o país produtor que menos impõe limites a veículos importados, o que vem impedindo que nossa indústria se beneficie dos bons resultados do mercado doméstico."

Sustentabilidade

De acordo com a Anfavea, o Programa Carro Sustentável e a expansão dos veículos eletrificados têm impulsionado o crescimento das vendas de automóveis e comerciais leves.

Segundo os dados, desde o início do Programa Carro Sustentável, em julho de 2025, foram emplacadas 671 mil unidades de modelos contemplados.

Nos dez primeiros meses de 2026, foram 412,8 mil, alta de 22,3% sobre igual período do ano anterior. Esse volume representa 17,1% dos emplacamentos de veículos leves. "O resultado mostra a atratividade do segmento de entrada, cujos modelos contemplados também ficarão isentos do Imposto Seletivo", diz a entidade.

Com relação aos eletrificados, foram comercializadas 495,7 mil unidades no acumulado do ano – alta de 125,7% sobre o mesmo período de 2025, o que representa 20,5% dos emplacamentos de veículos leves novos, ante 10,7% no ano passado.

O balanço mostra que os modelos 100% elétricos já respondem por 7,4% das vendas de veículos leves no acumulado do ano.

Queda entre os pesados

O segmento de veículos pesados continua enfrentando dificuldades, com as vendas de caminhões registrando queda de 4,1% no acumulado até outubro, assim como a produção que recuou 4,7% nesse mesmo período.

"O programa Move Brasil contribuiu para estimular a demanda e evitar uma retração ainda maior", ressaltou Calvet. (Agência Brasil)

Setor de serviços varia -0,1% em setembro, impactado pelos transportes

O setor de serviços, o que mais emprega na economia, variou -0,1% na passagem em setembro, na comparação com agosto. O resultado foi impactado negativamente principalmente pelas atividades de transportes e de informação e comunicação.

O desempenho revela variação também de -0,1% em relação a setembro do ano passado, interrompendo uma sequência de 29 resultados positivos nessa comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada na quarta-feira (11), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na passagem do segundo para o terceiro trimestres também houve variação de -0,1%. Para o instituto, variações nessa magnitude (-0,1%) são consideradas estabilidade.

Termômetro da economia

O setor de serviços é um termômetro da economia, pois reúne atividades grandes geradoras de emprego, como transporte, turismo, restaurantes, salão de beleza, internet e tecnologia da informação (TI).

O desempenho de setembro coloca o setor 0,4% abaixo do ponto máximo já alcançado, que pertence a outubro de 2025.

Em 12 meses, os serviços acumulam alta de 1,9%. Em agosto, esse ritmo de crescimento estava em 2,2%. O dado de alta acumulada em setembro de 2026 é o menor desde julho de 2021 (0,4%).

De acordo com o analista da pesquisa, Rodrigo Lobo, o desempenho dos serviços mostra "acomodação".

Influências

Dos cinco grupos de atividades pesquisadas pelo IBGE, duas terminaram setembro no campo negativo, quando comparadas ao mês anterior:

transportes: -0,5%
informação e comunicação: -0,5%
serviços profissionais, administrativos e complementares: 0,5%
outros serviços: 1,0%
serviços prestados às famílias: 0,0%

De acordo com Lobo, o desempenho dos transportes foi pressionado pela menor receita vinda do transporte rodoviário de cargas, aéreo de passageiros, logística de cargas e do ferroviário de cargas.

Lobo contextualiza que a baixa dos transportes aéreo e rodoviário são reflexos do conflito no Oriente Médio, que causaram distúrbios na logística global do petróleo e fizeram os combustíveis encarecer em todo o mundo.

Os transportes são o grupo de atividade com maior peso na pesquisa, respondendo por 36,40% do indicador.

Já a atividade informação e comunicação foi puxada por menor receita vinda das empresas que atuam com serviços de TI e com exibição cinematográfica.


Foto/Tomaz Silva/Agência Brasil

Pelo lado das altas, os avanços de serviços profissionais e administrativos foram impulsionados por ganhos vindos de agenciamento de espaços de publicidade e de atividades jurídicas.

O resultado dos outros serviços foi explicado pelo aumento de receita de empresas que atuam com serviços financeiros auxiliares e atividades imobiliárias.

A PMS investiga 166 tipos de serviços. Bancos não estão incluídos no levantamento.

Turismo

A Pesquisa Mensal de Serviços traz ainda o índice de atividades turísticas (Iatur), que recuou 1,6% em setembro, na comparação com o mês anterior. Já em comparação com o mesmo mês de 2025, houve variação de -0,5%.

Esses resultados deixam as atividades de turismo 11,7% acima do patamar pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020) e 1,6% abaixo do maior nível já alcançado, em dezembro de 2024.

O Iatur reúne 22 das 166 atividades de serviços investigadas na pesquisa e que são ligadas à atividade turística, como hotéis, agências de viagens, bufês e transporte aéreo de passageiros.

São divulgadas informações de 17 unidades da federação: Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Alagoas e Rio Grande do Norte.

De acordo com Rodrigo, o resultado do turismo tem sido bastante impactado em 2026 pelo transporte aéreo de passageiros, "em função de termos um maior nível dos preços das passagens aéreas". (Agência Brasil)

Reforma tributária: governo apresentará texto para facilitar adaptação

O governo federal vai encaminhar ao Congresso Nacional uma proposta para criar uma regra de transição na cobrança da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), novo tributo federal da reforma tributária.

A medida permitirá que as empresas façam um cálculo estimado do imposto nos primeiros meses de vigência do sistema e realizem ajustes posteriormente, reduzindo dificuldades na adaptação às novas regras.

O anúncio foi feito na quarta-feira (11) pelo secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, durante coletiva de imprensa sobre o Programa de Conformidade da Reforma Tributária, no Ministério da Fazenda.

Segundo o secretário, a proposta busca dar mais segurança aos contribuintes durante a migração para o modelo de crédito vinculado ao pagamento e para o sistema de split payment – mecanismo que vincula o aproveitamento de créditos tributários ao efetivo recolhimento do tributo na operação.

"Para tranquilizar e ter certeza absoluta de que ninguém vai ter problema nessa transição, nós vamos propor para o Congresso Nacional uma regra opcional", afirmou o secretário.

Pela sistemática apresentada, as empresas passarão a emitir documentos fiscais dentro das novas regras a partir de janeiro de 2027.

Na primeira apuração da CBS, prevista para fevereiro, o contribuinte poderá calcular o tributo com base em uma estimativa dos créditos a que terá direito. Eventuais diferenças serão ajustadas na apuração do mês seguinte.

De acordo com Barreirinhas, o mecanismo funcionará como uma alternativa para contribuintes que ainda estejam se adaptando às novas regras de aproveitamento de créditos tributários.

"Até que o split payment esteja totalmente implementado, principalmente nas operações entre empresas, esse modelo pode funcionar como mecanismo de transição", disse.

Regulamentação

Ao defender a entrada em vigor da reforma dentro do cronograma previsto pelo governo, o secretário afirmou que a regulamentação vem sendo construída em diálogo com estados, municípios, entidades empresariais e profissionais da contabilidade.

Segundo ele, a primeira versão do regulamento recebeu quase 5 mil sugestões de aperfeiçoamento, que foram analisadas pela Receita Federal e pelos demais órgãos envolvidos na implementação.

"Todas as decisões da reforma precisam ser tomadas por consenso. Isso demanda um diálogo institucional muito forte", afirmou.

Barreirinhas informou que uma nova versão do regulamento deverá ser publicada nos próximos dias e destacou que o trabalho continuará após a publicação das normas complementares previstas para este ano.

Créditos para investimentos

O secretário também destacou os efeitos que a reforma poderá trazer para os investimentos produtivos.

Pelas novas regras, os tributos pagos na compra de máquinas, equipamentos, imóveis e outros bens de capital passarão a gerar créditos imediatos. Hoje, em muitos casos, esses créditos são recuperados gradualmente ao longo de vários anos.

"Uma indústria que faça um grande investimento, por exemplo em imóveis ou equipamentos, pode ficar meses ou até anos sem pagar CBS", afirmou.

Segundo Barreirinhas, isso ocorrerá porque os investimentos passarão a gerar créditos tributários de aproveitamento imediato, reduzindo o custo dos investimentos e a necessidade de manter recursos imobilizados à espera da recuperação tributária.

O secretário também destacou a previsão de ressarcimento mais rápido dos créditos acumulados: "O ressarcimento, que hoje em dia demora, às vezes, até um ano para ser processado, vai ocorrer em 30, 60 ou 90 dias, a depender da conformidade desse empresário."

Ele lembrou ainda que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) terá alíquota zerada para a maior parte dos produtos, permanecendo apenas em situações específicas destinadas à preservação da competitividade da Zona Franca de Manaus. (Agência Brasil)

Governo anuncia medidas de ajuste para economia de até R$ 60 bilhões

MP mira empresários ligados à Refit por fraude fiscal de R$ 5,5 bilhões

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) cumpriu, na manhã da quarta-feira (11), 17 mandados de prisão contra suspeitos de envolvimento com uma fraude fiscal da ordem de R$ 5,5 bilhões no estado. Os alvos são empresários ligados à Refinaria de Manguinhos (Refit), na zona norte da capital fluminense. Até o momento da publicação, dez pessoas já haviam sido presas.

De acordo com o MPRJ, também foram cumpridos 19 mandados de busca e apreensão. As diligências, autorizadas pela 2ª Vara Especializada da Comarca da Capital, foram feitas na cidade do Rio e no estado de São Paulo.

Estão entre os alvos dos mandados estão Ricardo Andrade Magro, controlador da empresa, seus pais, um avô e um tio. Também foram alvos um suplente de deputado federal e um piloto de Fórmula Truck.

A investigação da promotoria de Justiça do Rio apura crimes tributários que teriam sido praticados pela Refinaria de Manguinhos e pelas distribuidoras Flagler, Fera, Direcional, World Comércio, Phaenarete, Vaishia e 76 Oil.

De acordo com o MPRJ, as empresas teriam sonegado algo em torno de R$ 5,5 bilhões em tributos estaduais.

Segundo os promotores, a Refit controlava todas as empresas envolvidas na cadeia produtiva do refino de óleo, o que inclui a importação de derivados de petróleo, a produção de gasolina e a venda do combustível às distribuidoras, responsáveis pelo abastecimento dos postos.

Com essa estrutura teria sido possível praticar sucessivas fraudes fiscais, desde a aquisição da matéria-prima até a comercialização do produto ao consumidor final.

Segundo o MPRJ, Ricardo Andrade Magro, que está foragido no exterior, colocava pessoas de confiança em quadros societários das empresas envolvidas e, com isso, mantinha o controle sobre elas. (Agência Brasil)

O governo federal prepara um pacote de medidas de ajuste fiscal com potencial de gerar uma economia entre R$ 50 bilhões e R$ 60 bilhões em 2027. A proposta foi apresentada na quarta-feira (11) pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), no Congresso Nacional.

As medidas serão reunidas em um projeto de lei complementar (PLP), negociado com lideranças do Senado. O objetivo é reforçar o controle das despesas, ampliar a arrecadação e contribuir para o cumprimento da meta fiscal do próximo ano.

Segundo Moretti, o pacote combina iniciativas de aumento de receitas e racionalização de gastos, com a preservação de despesas essenciais à garantia de direitos sociais.

"Entre medidas de receitas e medidas de despesas, sempre buscando proteger as despesas que são cruciais para assegurar direitos, racionalizar algumas despesas, rever gastos tributários que não entregam aqueles resultados que são pretendidos e até rever alguns privilégios, como, por exemplo, a questão dos supersalários", declarou.

Trava para gastos

Uma das principais medidas prevê um mecanismo adicional de contenção de despesas. A proposta permitirá limitar o crescimento real dos gastos federais a 2% em 2027, caso as projeções indiquem risco de descumprimento do limite inferior da meta fiscal.

Atualmente, o arcabouço fiscal permite crescimento real de até 2,5%. A redução poderá representar uma contenção adicional de R$ 12,8 bilhões no Orçamento.

O bloqueio, que não poderá ser revertido durante o exercício mesmo em caso de melhora na arrecadação, busca evitar a liberação posterior de recursos que comprometa o cumprimento da meta fiscal.

Incentivos fiscais

O projeto também prevê mudanças na política de incentivos fiscais e nos mecanismos de compensação tributária utilizados pelas empresas.

Entre as medidas em discussão estão:

Benefícios fiscais: redução linear adicional de 10% nas isenções e nos incentivos tributários concedidos a setores da economia.

Compensações tributárias: limitação do uso de créditos que empresas possuem junto à Receita Federal para quitar impostos.

Supersalários: revisão de privilégios e despesas consideradas excessivas.

Contingenciamento: ampliação dos mecanismos de bloqueio de despesas durante a execução orçamentária.

A equipe econômica avalia que a revisão dos incentivos poderá melhorar a arrecadação e reduzir distorções na concessão de benefícios tributários.

Cálculo da saúde

Outra medida envolve a metodologia de cálculo do piso constitucional da saúde. O governo pretende excluir receitas extraordinárias provenientes da exploração de petróleo e gás da base de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL), utilizada para definir o valor mínimo de aplicação no setor.

A mudança, já adotada em 2026, tem caráter temporário. Com o projeto, a intenção é estender a regra até 2030.

Moretti defendeu a iniciativa como uma forma de racionalizar as despesas vinculadas às receitas extraordinárias.

"No fundo, estamos fazendo algo bem razoável, que é retirar as receitas extraordinárias em relação ao óleo do cômputo do piso de saúde e aí, de novo, se trata de uma racionalização de despesa", afirmou.

O ministro também estimou que a manutenção de dois mecanismos fiscais aprovados pelo Congresso poderá gerar uma economia de aproximadamente R$ 9 bilhões em 2027.

"Para o ano que vem, esses gatilhos podem gerar uma economia de R$ 9 bilhões, que na prática traz mais capacidade para acomodar o conjunto das despesas dentro do orçamento", disse.

Preservação social

Durante a audiência, Moretti reconheceu que o elevado grau de vinculação das despesas no Orçamento brasileiro reduz a margem de decisão do governo sobre a destinação dos recursos.

Ele ressaltou, porém, que parte dos gastos obrigatórios está relacionada à garantia de direitos fundamentais, como a política de valorização do salário mínimo.

A estratégia, segundo o ministro, é buscar o equilíbrio das contas públicas sem comprometer políticas sociais e despesas essenciais, incluindo os investimentos mínimos constitucionais em saúde e educação.

Meta fiscal

O pacote integra a estratégia do governo para alcançar superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2027, equivalente a R$ 73,2 bilhões.

O resultado primário corresponde à diferença entre receitas e despesas do governo, sem considerar os juros da dívida pública.

A equipe econômica também pretende manter a trajetória de ajuste nos anos seguintes, com a expectativa de alcançar superávit de 1,5% do PIB em 2030. Para isso, considera necessário melhorar o resultado primário e ampliar os mecanismos de controle dos gastos.

Tramitação no Senado

O projeto de lei complementar será apresentado pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e terá como relator o senador Eduardo Braga (MDB-AM), também responsável pela relatoria do Orçamento de 2027.

A expectativa é que a proposta avance no Congresso ainda nesta quarta-feira (11). Por se tratar de um projeto de lei complementar, o texto precisará ser aprovado pelas duas Casas Legislativas para entrar em vigor.

O governo aposta na articulação com os senadores para acelerar a tramitação e viabilizar a aprovação das medidas ainda em 2026. (Agência Brasil)

Nova plataforma do MDIC identificará oportunidades de comércio com UE

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) lançou na terça-feira (10) duas plataformas digitais para facilitar o comércio exterior e a entrada de investimentos no país.

A Conecta Brasil–União Europeia (UE) reúne informações para empresas interessadas em acessar o mercado europeu. A pasta também lançou a segunda fase da Janela Única de Investimentos, com novos serviços para orientar investidores estrangeiros no Brasil.

As iniciativas foram desenvolvidas em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e buscam reduzir a burocracia, centralizar informações e ampliar as oportunidades para empresas brasileiras e investidores internacionais.

Acesso à Europa

Oferecida no Portal Gov.br, a plataforma Conecta Brasil–UE foi criada para apoiar principalmente micro, pequenas e médias empresas na identificação de oportunidades comerciais abertas pelo Acordo Mercosul–União Europeia.

A ferramenta transforma o conteúdo do acordo e seus anexos jurídicos em informações práticas sobre: Tarifas e cotas de importação; Cronogramas de redução tarifária; Regras de origem dos produtos; Exportação de bens e serviços; Compras governamentais e investimentos; Propriedade intelectual; Requisitos regulatórios e ambientais da União Europeia; Programas de apoio à internacionalização.

A plataforma também conta com a ExportAI, solução de inteligência artificial que usa o próprio texto do acordo como base para responder a dúvidas sobre tarifas preferenciais, regras de origem e condições para acesso aos benefícios comerciais.

A União Europeia reúne 27 países e cerca de 450 milhões de consumidores. O bloco é o segundo maior parceiro comercial do Brasil e representa um dos principais mercados para a diversificação das exportações brasileiras.

Em funcionamento desde março, a Janela Única de Investimentos recebeu um segundo módulo com novas funcionalidades para facilitar o planejamento e a execução de negócios por investidores estrangeiros.

Uma das novidades é a Área do Investidor, que permite acompanhar os serviços pedidos pela plataforma. Também foram incluídos caminhos para iniciar a emissão de Cadastro de Pessoa Física (CPF) de cidadãos estrangeiros e de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) para empresas estrangeiras.

Entre os serviços e funcionalidades incorporados estão: Acompanhamento de pedidos na Área do Investidor; Integração do sistema de Ex-tarifário; Login Único Gov.br; Orientações para emissão de CPF e CNPJ de estrangeiros; Registro de fertilizantes; Registro de marcas, patentes e contratos de transferência de tecnologia; Informações sobre remessas de capital; Serviços de apoio ao investidor oferecidos pela ApexBrasil; Orientações para obtenção de visto temporário de trabalho; Guias sobre incentivos fiscais e isenções tarifárias.

A plataforma também reúne informações sobre oportunidades de mercado, tendências e setores prioritários, além de permitir que investidores acessem serviços e parceiros para estruturar seus projetos no país.

Investimentos estrangeiros

O lançamento da nova etapa ocorre em um período de entrada expressiva de capital estrangeiro no Brasil. Segundo dados do Banco Central citados pelo MDIC, o Investimento Estrangeiro Direto (IED) alcançou US$ 85 bilhões em 2025, maior resultado dos últimos dez anos.

Em 2026, até setembro, o saldo chegou a US$ 75,7 bilhões. O IED corresponde a investimentos relacionados à participação em atividades econômicas no país.

Instituída pelo Decreto 12.615/2025, a Janela Única de Investimentos foi desenvolvida pelo MDIC em parceria com o BID. A proposta é integrar sistemas governamentais e serviços do setor privado para reduzir etapas e facilitar operações.

O governo prevê iniciar, em 2027, o desenvolvimento do terceiro módulo da plataforma. A próxima fase deverá ampliar a integração entre sistemas públicos, incorporar novos serviços e aperfeiçoar as funcionalidades existentes, com atenção a setores estratégicos da economia e às diretrizes da Nova Indústria Brasil (NIB).

As duas plataformas integram a estratégia do governo para ampliar a participação de empresas brasileiras no comércio internacional e tornar o país mais acessível a investidores estrangeiros. (Agência Brasil)

Faturamento da indústria sobe 0,8% em setembro, mostra CNI

O faturamento da indústria de transformação cresceu 0,8% em setembro, mas o resultado recupera apenas parte das perdas registradas nos dois meses anteriores. Em julho, o indicador caiu 2,1% e, em agosto, recuou 3,8%. Os dados são dos Indicadores Industriais, divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) na quarta-feira (11).

No acumulado de janeiro a setembro de 2026, o faturamento ficou estável em relação ao mesmo período do ano passado. Outros indicadores também apontam cenário de enfraquecimento da atividade industrial, com queda no emprego e na massa salarial.

Confira os principais resultados da pesquisa:

• Faturamento: alta de 0,8% em setembro; • Capacidade instalada: passou de 77,1% para 77,3%; • Horas trabalhadas: queda de 0,1%; • Emprego: recuo de 0,3%; • Massa salarial: queda de 0,3%; • Rendimento médio: alta de 0,1%.

Enfraquecimento

"Os indicadores mostram a continuidade do enfraquecimento da atividade industrial. Três elementos principais contribuem para isso: o patamar elevado dos juros; a forte entrada de importações, que capturam parte do mercado consumidor; e o aumento de custos, que acaba pressionando os preços", avalia em nota a especialista de Políticas e Indústria da CNI Larissa Nocko.

Em relação aos juros, a economista informa que as taxas elevadas endividam a população, afugentam investidores e prejudicam a demanda por produtos industriais.

Produção estável

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) teve leve alta de 0,2 ponto percentual em setembro, passando de 77,1% para 77,3%. Segundo a pesquisa, a variação indica relativa estabilidade no uso do parque industrial.

No acumulado dos nove primeiros meses de 2026, porém, a utilização da capacidade instalada ficou 1,1 ponto percentual abaixo do registrado no mesmo período de 2025.

As horas trabalhadas na produção também apresentaram pouca variação. O indicador recuou 0,1% em setembro, enquanto no acumulado do ano ficou 0,8% abaixo do resultado observado entre janeiro e setembro de 2025.

Emprego em queda

Os indicadores relacionados ao mercado de trabalho industrial também perderam força em setembro. O emprego caiu 0,3% em relação a agosto e acumula retração de 0,5% nos nove primeiros meses de 2026.

A massa salarial real, que representa o total pago aos trabalhadores, recuou 0,3% no mês. Apesar da queda, o indicador ainda registra alta de 1% na comparação entre janeiro e setembro deste ano e o mesmo intervalo de 2025.

O rendimento médio dos trabalhadores industriais teve variação positiva de 0,1%, resultado considerado de relativa estabilidade. No acumulado do ano, o indicador está 1,5% acima do registrado nos nove primeiros meses de 2025.

Na avaliação da CNI, a recuperação parcial do faturamento não foi suficiente para reverter as perdas anteriores. Em relação ao mercado de trabalho, os resultados reforçam, na visão da entidade, a desaceleração da indústria. (Agência Brasil)

Receita quer ampliar em 30 dias prazo para pagamento definitivo da CBS da reforma tributária

O governo federal vai enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar para permitir que o contribuinte adie o pagamento definitivo da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), novo imposto federal criado pela reforma tributária, para o mês seguinte ao vencimento do tributo, o que representa um prazo de 30 dias a mais.

Para evitar problemas de fluxo de caixa, o projeto vai prever que o empresário faça um primeiro recolhimento da CBS com base numa estimativa de crédito gerado pela aquisição de insumos dos fornecedores.

No mês seguinte, segundo a proposta, o contribuinte faria o ajuste considerando os impostos efetivamente recolhidos pelo fornecedor, corrigindo o crédito a que ele tem direito.

O secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, anunciou o envio do projeto na quarta-feira (11). Segundo ele, a mudança permitirá evitar problemas de fluxo de caixa, com empresas recolhendo a CBS completa, sem abatimento de créditos.

Na prática, o governo está fazendo uma transição do sistema atual, em que o crédito depende apenas da informação na nota fiscal, para o novo, em que o imposto só é devolvido após o recolhimento dos tributos pelo fornecedor ?uma espécie de "cashback" para as empresas.

No mês de vencimento da CBS, a empresa recolherá o tributo com base na expectativa do valor desse cashback. No mês seguinte, faz o ajuste com base naquilo que realmente entrou no sistema da Receita, que vai contabilizar os tributos que a empresa tem a pagar e os créditos a receber.

O primeiro pagamento da CBS será feito no final de fevereiro, com base nas vendas de janeiro. Mas neste primeiro mês, a maioria das empresas ainda não terá créditos para fazer o abatimento, pois o fornecedor também só recolherá os tributos em fevereiro.

A Receita vai permitir então que esse abatimento seja feito com base apenas nos valores informados nas notas fiscais, como é hoje.

Esse tipo de apuração será permitido por todo o ano de 2027, de modo a evitar impactos no fluxo de caixa das empresas neste primeiro ano da reforma. Com a entrada em funcionamento do split payment, a partir de agosto, esse problema tende a ser solucionado, segundo a Receita.

Barreirinhas também anunciou o lançamento de um novo programa de conformidade para evitar a autuação de contribuintes que tiverem problemas para fazer o recolhimento dos novos tributos, mas estiverem agindo de boa-fé, casos em que não há indício de sonegação ou não pagamento intencional.

Segundo o secretário, o programa deverá valer para a CBS em 2027, mas com a expectativa de se tornar algo permanente.

O governo também adiou de janeiro para março de 2027 a exigência de novos modelos de notas fiscais para o Simples Nacional que fazem venda de mercadorias para outros contribuintes. Esse adiamento também inclui documentos fiscais para o setor aéreo, plataformas digitais, alienação de imóveis e transporte coletivo municipal.

"O sistema da Receita já está pronto, mas nós reconhecemos que os sistemas dessas empresas podem não estar prontos ainda, porque muitas vezes são empresas pequenas", disse o secretário.

Nas últimas semanas, diversas entidades divulgaram pedidos de adiamento da implementação da CBS, que vai substituir PIS, Cofins, IOF sobre seguros e a maior parte da arrecadação do IPI (imposto sobre industrializados) a partir de janeiro.

Entre os principais problemas destacados pelas entidades estão a instabilidade dos sistemas, mudanças constantes nas regras, indefinições operacionais e dificuldades para a adaptação das empresas. Segundo elas, os testes realizados até agora foram insuficientes para garantir uma transição segura.

Diversos especialistas, no entanto, afirmam que muitos problemas só vão aparecer quando o sistema estiver em funcionamento. "Vale a pena avançar na reforma tributária. Adiar não é solução de nada, adia-se também os problemas", afirmou Barreirinhas nesta quarta.

Com a entrada em vigor da reforma, profissionais liberais terão que emitir notas fiscais eletrônicas por serviços prestados.

Segundo o secretário especial da Receita, o Fisco vai atribuir 2,6 milhões de CNPJs a esse público de forma simplificada, em dezembro, sem necessidade de constituir pessoa jurídica. O cadastro será realizado diretamente no sistema da Receita Federal. (Folhapress)

VITA CORPORATE S.A.

Em constituição

RESUMO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

Em 21/09/2026, às 10h, na sede social, em São Paulo/SP, os subscritores, representando a totalidade do capital social, aprovaram: **(i)** a constituição da sociedade anônima de capital fechado, sob a denominação Vita Corporate S.A., com objeto social de prestação de serviços de consultoria e gestão empresarial; **(ii)** o capital social de R$ 100,00, dividido em 100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional, sendo 90 ações, no valor de R$ 90,00, subscritas por Paulo Vinicius Carmagnani Machado e 10 ações, no valor de R$ 10,00, por Rafael Cesar Quallio; **(iii)** a eleição de Paulo Vinicius Carmagnani Machado como Diretor Presidente, com mandato de 3 anos, iniciado em 21/09/2026; **(iv)** aprovado o exercício do cargo sem remuneração até ulterior deliberação; e **(v)** aprovado o Estatuto Social e declarada definitivamente constituída a Companhia. JUCESP NIRE S/A nº 3530070520-3 em 15/10/2026. **JUCESP NIRE S/A** nº 3530070520-3 em 15/10/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal.

Instituto Prêmios Duda Ermírio de Moraes

CNPJ nº 69.995.686/0001-02

Ata de Assembleia Geral de Constituição – 01.10.2026

Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme artigo 45 e parágrafo único, c/c parágrafo 1º do artigo 1.152, do Código Civil. Foi realizada a Assembleia Geral de Constituição do INSTITUTO PRÊMIOS DUDA ERMÍRIO DE MORAES, associação de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, com sede em São Paulo, SP, na Av. Magalhães de Castro, 4.800, Conjunto 221/223, Torre 1, Jardim Panorama, CEP 05676-120, registrada no 10º Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica da Capital, SP, em 14/10/2026, no Livro de Registro A, sob o nº 60.760. O Instituto tem por missão e finalidade a promoção do empreendedorismo inovador brasileiro, por meio da realização de premiações com instituições parceiras, de modo a contribuir para o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, valorizando a educação, a cultura, a ciência, a tecnologia e a inovação e pautando-se nos valores de ética, excelência, respeito à diversidade, consciência ambiental e gestão eficaz, e tem por objeto social o fomento, impulsionamento e promoção das seguintes causas de interesse público: (a) o empreendedorismo inovador, como instrumento de desenvolvimento econômico e social e de autonomia tecnológica do País; (b) a educação em seu sentido amplo, incluindo o ensino, os cursos livres, a ciência, a tecnologia, a pesquisa, a inovação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; (c) a cultura, incluindo as criações científicas, artísticas e tecnológicas e a produção, promoção e difusão de bens culturais; (d) a ciência, a tecnologia e a inovação, incluindo o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, a formação de recursos humanos, o fortalecimento da inovação nas empresas e a pesquisa voltada à solução dos problemas brasileiros e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional; (e) a saúde, em seu sentido amplo, incluindo a prevenção, a pesquisa científica e a aplicada e a promoção da saúde, sendo vedada a prestação de serviços de saúde diretamente pelo Instituto; e (f) a defesa, preservação, conservação e regeneração do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável. A representação legal do Instituto será exercida: (a) por 2 (dois) membros da Diretoria Executiva, sempre em conjunto; ou (b) por 1 (um) membro da Diretoria Executiva, em conjunto com 1 (um) procurador constituído, com poderes específicos e por prazo determinado, na forma do Estatuto Social e demais normas e regulamentos aprovados.

BIOMM S.A.

CNPJ Nº 04.752.991/0001-10 - NIRE Nº 31.300.016.510
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2026

Ficam convocados os senhores acionistas da **BIOMM S.A.** ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e dos artigos 4º a 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia 3 de dezembro de 2026, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Regent, nº 705, Lote 15 ao 21, Parte, Gleba 28, Alphaville Lagoa dos Ingleses, CEP 34.018-000, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) Deliberar sobre a eleição de membro para o Conselho de Administração da Companhia e sobre a eleição do Presidente do Conselho de Administração; (ii) Deliberar sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia, com alteração dos atuais artigos 14 e 15 para inclusões de parágrafos e alíneas, exclusões de parágrafos e ajustes de referência; e (iii) Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em virtude da deliberação do item "(ii)" acima. **Instruções Gerais:** Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGE, incluindo este edital, a Proposta do Conselho de Administração da Companhia ("Proposta da Administração") e aqueles exigidos pela Resolução CVM 81 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como no site da Companhia (www.biomm.com), no site da CVM (www.gov.br/cvm) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). A AGE será realizada de forma exclusivamente presencial, em conformidade com a prática historicamente adotada pela Companhia em suas assembleias, visando garantir o pleno engajamento, transparência e eficácia nas deliberações, bem como considerando que os níveis históricos de presença dos acionistas se mostram satisfatórios e compatíveis com a dinâmica da Companhia. Nesse contexto, poderão participar da AGE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Os acionistas que optarem por participar presencialmente ou por procurador devidamente constituído deverão comparecer à AGE munidos dos seguintes documentos: (a) documento de identidade ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, e comprovante de sua respectiva participação acionária expedido pela instituição financeira escrituradora; e, se for o caso, (b) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Em relação à eleição para o preenchimento de cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia (item "i" da Ordem do Dia), em função da renúncia do membro efetivo do Conselho de Administração, a eleição se dará mediante votação majoritária, não sendo possível a adoção de voto múltiplo ou votação em separado. O percentual mínimo sobre o capital votante da Companhia necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal na AGE é de 2% (dois por cento) das ações. Nova Lima/MG, 11 de novembro de 2026. Luiz Alves Paes de Barros - **Presidente do Conselho de Administração (interino).**

DÉCIMO QUARTO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL
RICARDO NAHAT – OFICIAL

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por Rogério Grande, foi lhe apresentado **por meio eletrônico**, para registro, a escritura de 20 de outubro de 2026, lavrada no 15º Tabelião de Notas desta Capital (Lº 3.795, págs. 281/283), pela qual ROGERIO GRANDE, brasileiro, empresário, RG nº 20873363-SSP/SP, CPF nº 182.854.438-84, e sua mulher SILVIA LUZIA BANDINI GRANDE, brasileira, empresária, RG nº 26556538-SSP/SP, CPF nº 256.165.078-22, casados sob o regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei n° 6.515/77, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Professor Arnaldo João Semeraro n° 500, apt° 62, bloco B, Jardim Santa Emília, INSTITUIRAM EM BEM DE FAMÍLIA de acordo com os artigos 1.711 e seguintes do Código Civil Brasileiro, bem como de conformidade com a Lei 6.015/73, o imóvel consistente em UM APARTAMENTO nº 62, localizado no 6º andar do bloco B - Edifício Gênova, integrante do CONDOMINIO ITÁLIA, situado na Rua Professor Arnaldo João Semeraro nº 500, na Saúde, perfeitamente descrito e caracterizado na matrícula n° 160.417 do 14º Registro de Imóveis e registrado sob nº 03, em 05 de julho de 2022. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste, na imprensa local, reclamar contra a aludida instituição, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí n° 50, 7° andar, das 9 às 16 horas. São Paulo, 05 de novembro de 2026.

De acordo
= RICARDO NAHAT =
Oficial

Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 00.242.184/0001-04 - NIRE 35.300.551.362 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2026

Na forma das disposições legais e dos artigos 6º e 7º do Estatuto Social, são convocados os senhores(as) acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da **Armac Locação, Logística e Serviços S.A.**, sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 26069, com sede na cidade de Vargem Grande Paulista, no Estado de São Paulo, na Estrada das Palmeiras, nº 430, Galpão 01, Sala 07, Bairro Pereiras, CEP 06742-508 ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 02 de dezembro de 2026, às 14h00, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(A)** Deliberar, sem qualquer alteração nos valores, totais ou por ação, dos proventos já deliberados a que os acionistas têm direito, sobre o esclarecimento e a complementação da deliberação tomada no item I.(B) da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2026 ("AGOE"), com o objetivo de melhor especificar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em observância ao previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); **(B)** Deliberar, sem qualquer alteração nos valores, totais ou por ação, dos proventos já deliberados, sobre a prorrogação do prazo máximo para pagamento **(i)** dos juros sobre o capital próprio declarados conforme as deliberações constantes das Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizadas, respectivamente, em: 12 de agosto de 2025, 09 de outubro de 2025 e 26 de dezembro de 2025 ("JCP"); e **(ii)** dos dividendos declarados conforme a deliberação constante do item 5.1.2 da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 26 de dezembro de 2025 ("Dividendos"), sem alteração de qualquer dos termos inerentes aos Dividendos, dentro do limite previsto no item "1" da alínea "c" do inciso "XII" do parágrafo 1º do art. 16-A da Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025 ("Lei 15.270"); **(C)** Deliberar sobre a ratificação da eleição de membro do Conselho de Administração, nomeado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de novembro de 2026, em razão de vacância de cargo, nos termos do artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações e do Parágrafo Sexto do Artigo 14 do Estatuto Social; **(D)** Deliberar sobre **(i)** a alteração da redação do *caput* do Parágrafo Segundo do Artigo 19 do Estatuto Social, para esclarecer que a declaração de dividendos pelo Conselho de Administração não depende de ratificação posterior pela Assembleia Geral; **(ii)** a alteração da redação da alínea "(c)" do Parágrafo Primeiro do Artigo 21 do Estatuto Social, para suprimir expressão que não guarda relação com o objeto social da Companhia; e **(iii)** a consolidação do Estatuto Social, para refletir as alterações propostas nos subitens "(i)" e "(ii)" imediatamente anteriores; e **(E)** Deliberar sobre a autorização à Administração da Companhia para tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nos itens anteriores da Ordem do Dia. A Assembleia ora convocada será realizada de modo exclusivamente presencial, na sede da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81") e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração divulgada pela Companhia nesta data ("Proposta da Administração"). Em atendimento ao artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, e ao artigo 4º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, informamos que é de 2% (dois por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de instalação do conselho fiscal. Nos termos do artigo 7º, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia e do artigo 6º, § 1º, da Resolução CVM 81, a Companhia solicita que os acionistas que optarem por participar presencialmente da Assembleia enviem previamente à Companhia, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia (preferencialmente até às 14h00 do dia 30 de novembro de 2026), por meio do link https://assembleia.ten.com.br/306654383 , observadas as instruções constantes da Proposta da Administração: **(i)** extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, ressalvado que, nos termos do artigo 6º, § 5º, da Resolução CVM 81, a Companhia não condicionará a participação à apresentação de comprovação de titularidade que possa ser objetivamente verificada com base nos registros recebidos do depositário central e do escriturador; e **(ii)** cópias digitalizadas dos documentos listados abaixo. **(a)** Pessoas Físicas: documento de identidade com foto do acionista; **(b)** Pessoas Jurídicas: **(i)** último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e **(ii)** documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. **(c)** Fundos de Investimentos: **(i)** último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); **(ii)** estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e **(iii)** documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. Na hipótese de participação na Assembleia por meio de procurador, deverá ser apresentada ainda, previamente, cópia digitalizada da procuração (observando os requisitos do art. 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações), no mesmo prazo indicado no parágrafo acima, ou, no momento de realização da Assembleia, a versão original da procuração, juntamente aos documentos que comprovem a identidade do procurador. Nos termos do artigo 6º, § 2º, da Resolução CVM 81, o acionista ou seu representante que comparecer presencialmente à Assembleia munido dos documentos exigidos poderá participar e votar ainda que tenha deixado de enviá-los previamente, desde que os apresente até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os instrumentos de mandato deverão: **(i) (a)** para o caso de acionistas pessoas físicas, ter sido outorgados em conformidade com as disposições do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, **(b)** para o caso de acionistas pessoas jurídicas, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"); e **(c)** para acionistas que sejam fundos de investimentos, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; **(ii)** apresentar firmas reconhecidas ou, nos casos de documentos celebrados digitalmente, ser assinados com certificado digital ICP-Brasil, ou ainda pelo portal "*Gov.br*"; e **(iii)** ser acompanhados dos documentos que comprovem poderes de representação e identidade do outorgante e do procurador. Os acionistas também poderão participar da Assembleia ora convocada por meio de boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), nos termos da Resolução CVM 81, o qual poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador ou diretamente à Companhia, exclusivamente por meio da plataforma digital "*Ten Meetings*", de acordo com as orientações constantes do próprio Boletim de Voto e da Proposta da Administração, que estão disponíveis nos endereços eletrônicos da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (https://b3.com.br/pt_br/) e da própria Companhia (https://ri.armac.com.br/). Por fim, a Companhia informa que todos os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia, incluindo a Proposta da Administração e o Boletim de Voto, se encontram disponíveis nos endereços eletrônicos da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 (https://b3.com.br/pt_br/) e da Companhia (https://ri.armac.com.br/), bem como em sua sede social. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio do e-mail: ri@armac.com.br.

Vargem Grande Paulista/SP, 10 de novembro de 2026.
José Augusto Carvalho Aragão - Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE PROCESSO DE INTERDIÇÃO Nº 1012748-64.2025.8.26.0004

...Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para deferir a curatela de MARIA LUCIA DE MESQUITA CAMPAGNOLO, nascida aos 28/03/1942, pai Jose de Mesquita Sobrinho, mãe Anita Batista de Mesquita, registro de casamento junto ao Cartório de Registro Civil de Perdizes - São Paulo, SP, LIVRO b-0079, fls. 257, número 14792, domiciliado à Rua R Davi Canabarro, 88, Alto da Lapa - CEP 05059-060, São Paulo-SP, declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil abaixo indicados, na forma dos artigos 4º, inciso III e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, nomeando curadores os Srs. MARCELO ROBERTO DE MESQUITA CAMPAGNOLO (RG. 8.956.652, CPF. 084.174.788-17) E MARCIO ROBERTO DE MESQUITA CAMPAGNOLO (RG. 8.956.689-0, CPF. 075.965.398-40), declarando-os compromissados, independentemente de assinatura de termo. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito com fundamento no inciso I do artigo 487 do Código de Processo Civil. Ficam, aqui, estipuladas as restrições impostas à parte requerida: Há restrição total e permanente para atos de vida negocial e patrimonial, como fazer empréstimos, conciliar, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada. Deixo de determinar a especialização de hipoteca legal, considerando que, apesar de a requerida possuir bens imóveis e usufruir de benefício previdenciário, a renda alcançada, presumivelmente, é absorvida totalmente com sua manutenção. Ademais a curatela já acarretará razoáveis ônus de guarda, sustento e orientação. São Paulo 03 de agosto de 2026. | 12

ALTIVEZ EXPEC S.A.

Em constituição

RESUMO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

Em 21/09/2026, às 10h, na sede social, em São Paulo/SP, os subscritores, representando a totalidade do capital social, aprovaram: **(i)** a constituição da sociedade anônima de capital fechado, sob a denominação Altivez Expec S.A., com objeto social de prestação de serviços de consultoria e gestão empresarial; **(ii)** o capital social de R$ 100,00, dividido em 100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional, sendo 90 ações, no valor de R$ 90,00, subscritas por Paulo Vinicius Carmagnani Machado e 10 ações, no valor de R$ 10,00, por Rafael Cesar Quallio; **(iii)** a eleição de Paulo Vinicius Carmagnani Machado como Diretor Presidente, com mandato de 3 anos, iniciado em 21/09/2026; **(iv)** aprovado o exercício do cargo sem remuneração até ulterior deliberação; e **(v)** aprovado o Estatuto Social e declarada definitivamente constituída a Companhia. JUCESP NIRE S/A nº 3530070527-1 em 15/10/2026. **JUCESP NIRE S/A** nº 3530070527-1 em 15/10/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal.

EDITAL DE CITAÇÃO
Processo nº 1017667-02.2025.8.26.0100

A MM. Juíza de Direito da 10ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo/SP, Dra. Andrea de Abreu, na forma da lei, FAZ SABER a JHT BRAZIL FOODS S.A., bem como a MARCELO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR, PHABLO CRISTYAN MUNIZ BONIFÁCIO, WELYNGTON SILVA e YASMIMM SANTOS SOBRAL, que se encontram em local incerto e não sabido, que lhes foi proposta ação de procedimento comum cível – indenização por danos morais e materiais, por ANTONIO IVANILTON RODRIGUES VELOZO e outros, em razão de prejuízos decorrentes de operações fraudulentas atribuídas ao grupo de empresas demandadas. Foram realizadas diligências para localização dos requeridos, inclusive pesquisas por meio de sistemas informatizados do Poder Judiciário e tentativas de citação postal, todas infrutíferas. Por este edital, ficam os requeridos CITADOS para os termos da ação e para que, querendo, apresentem contestação, no prazo de 20 (vinte) dias, contado na forma da lei, ficando advertidos de que, não sendo apresentada contestação, serão considerados revels, nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, observados os efeitos legais da revelia, sem prejuízo da nomeação de curador especial, na forma do artigo 72, inciso II, do CPC. E para que chegue ao conhecimento dos requeridos e ninguém possa alegar ignorância, expede-se o presente edital, que será publicado na forma determinada pelo Juízo. O presente edital terá a dilação de 20 (vinte) dias.

SAFIRA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

CNPJ nº 07.755.506/0001-50 - NIRE nº 35.300.327.527

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, nos termos do Artigo 7º do Estatuto Social da **Safira Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** (a "Companhia") e do Artigo 123 da Lei nº 6.404/1974, Lei das Sociedades por Ações, ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada, em primeira convocação, em 25 de novembro de 2026, às 10 (dez) horas, na sede social situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Bernardo, nº 683, sala 3, CEP 03304-000, Tatuapé, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: reeleição da diretora da Companhia. Os acionistas poderão participar da Assembleia pessoalmente, ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão participar ou votar na Assembleia Geral. Os acionistas deverão comparecer ao endereço indicado portando documento de identidade com foto; caso compareça o representante, são necessários procuração e documento do representante. Se pessoa jurídica, cópia do contrato/estatuto social; e da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração), ambos registrados no órgão competente. Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Na data da Assembleia Geral, o acesso à sede social para participação estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista somente se dará mediante a assinatura da ata de Assembleia Geral pelo respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia Geral, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas estejam presentes no endereço indicado para a realização da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência.

São Paulo, 11 de novembro de 2026.
SAFIRA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS
Nome: AVIVA MIZRAHI - Cargo: Diretora Financeira e Comercial

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 428ª, 429ª, 430ª, 431ª, 432ª, 433ª, 434ª, 435ª, 436ª e 437ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), observado o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 428ª, 429ª, 430ª, 431ª, 432ª, 433ª, 434ª, 435ª, 436ª e 437ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem da Assembleia Especial ("Assembleia") a ser realizada, 2ª (segunda) convocação, em **03/12/2026, as 15h00, de modo exclusivamente digital**, por meio de videoconferência via plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60") e Resolução CVM 81, de 29 de abril de 2022 ("Resolução CVM 81"), cujo acesso deve ser feito por meio de *link* a ser encaminhado aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do conclave, para deliberar sobre o assunto que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** a aprovação ou não, das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 30/06/2026 ("Demonstrações Financeiras"), emitidas e apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu Website (https://fortesec.com.br/relacao-investidor/) com ressalvas, acompanhadas do relatório da CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes S/S Ltda., na qualidade de auditor independente, elaboradas conforme a Resolução CVM 60, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e demais normas contábeis, legais e regulatórias aplicáveis. **Informações Gerais:** Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (https://fortesec.com.br/relacao-investidor/) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. Ademais, a Securitizadora se coloca à disposição dos Titulares de CRI para prestar outros esclarecimentos que porventura se façam necessários, os quais poderão ser solicitados por meio de envio de comunicação ao endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br. **Documentos de Representação:** A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* para aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, em 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: a) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; b) quando pessoa jurídica, (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; c) quando fundo de investimento, (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Especial de Titulares de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; e d) caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. **Participação na Assembleia:** A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no *e-mail* gestao@fortesec.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"), observado que **as credenciais de acesso à Assembleia serão enviadas aos Titulares de CRI Credenciados somente após o recebimento, pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, dos respectivos documentos de representação aplicáveis.** Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem *e-mail* e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima (sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso, após o contato com a Emissora e o Agente Fiduciário nos moldes acima mencionados, determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* gestao@fortesec.com.br com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Titular de CRI seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar ou por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância:** Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (https://fortesec.com.br/relacao-investidor/) e na página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 09 de novembro de 2026. **Forte Securitizadora S.A.**

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 174ª, 175ª, 176ª, 177ª, 178ª e 179ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), observado o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 174ª, 175ª, 176ª, 177ª, 178ª e 179ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem da Assembleia Especial ("Assembleia") a ser realizada, 2ª (segunda) convocação, em **03/12/2026, as 14h00, de modo exclusivamente digital**, por meio de videoconferência via plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60") e Resolução CVM 81, de 29 de abril de 2022 ("Resolução CVM 81"), cujo acesso deve ser feito por meio de *link* a ser encaminhado aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do conclave, para deliberar sobre o assunto que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** a aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 30/06/2026 ("Demonstrações Financeiras"), emitidas e apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu Website (https://fortesec.com.br/relacao-investidor/) sem ressalvas, acompanhadas do relatório da CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes S/S Ltda., na qualidade de auditor independente, elaboradas conforme a Resolução CVM 60, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e demais normas contábeis, legais e regulatórias aplicáveis. **Informações Gerais:** Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (https://fortesec.com.br/relacao-investidor/) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. Ademais, a Securitizadora se coloca à disposição dos Titulares de CRI para prestar outros esclarecimentos que porventura se façam necessários, os quais poderão ser solicitados por meio de envio de comunicação ao endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br. **Documentos de Representação:** A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* para aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, em 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: a) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; b) quando pessoa jurídica, (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; c) quando fundo de investimento, (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Especial de Titulares de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; e d) caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. **Participação na Assembleia:** A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no *e-mail* gestao@fortesec.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"), observado que **as credenciais de acesso à Assembleia serão enviadas aos Titulares de CRI Credenciados somente após o recebimento, pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, dos respectivos documentos de representação aplicáveis.** Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem *e-mail* e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima (sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso, após o contato com a Emissora e o Agente Fiduciário nos moldes acima mencionados, determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* gestao@fortesec.com.br com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Titular de CRI seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar ou por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância:** Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (https://fortesec.com.br/relacao-investidor/) e na página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 09 de novembro de 2026. **FORTE SECURITIZADORA S.A.**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 10563882320258260100 O(A) Juízo Titular I - 34ª Vara Cível - Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). PEDRO HENRIQUE VALDEVITE AGOSTINHO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CLEBER FRORENTINO PIMENTEL, CPF 346.078.668-06, que lhe foi proposta a ação acima epigrafada por parte de ABN & FILHOS INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, objetivando a desocupação do imóvel à Rua Dona Germaine Buchard 506, Água Branca, São Paulo/SP, nos moldes do artigo 59 da Lei 8.245/91, devendo deixar o imóvel livre e desocupado de pessoas ou coisas,ofertando,para tanto,no prazo de até 48hs,condenando o réu nas custas processuais e honorários advocatícios.Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação,o réu será considerado revel,caso em que será nomeado curador especial e dado andamento ao feito.Será o presente edital publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo,aos 19 de outubro de 2026. | 12,13

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 10204604220248260004 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da UPJ da 1ª a 4ª Varas Cíveis - Regional IV - Lapa, do UPJ da 1ª a 4ª Varas Cíveis - Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). PATRICIA MARTINS CONCEICAO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a D T MATSUOKA LTDA, CNPJ: 31141250000175 que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de PIRRANET LTDA, alegando que em maio de 2024 o autor realizou compra de 2 equipamentos, sendo OLT 8/pon V1600g1-b Gpon V-sol e Ccr 2116, na aquisição concomitante dos 2 equipamentos, foi feito valor de R$15.000,00 (quinze mil reais), sendo, OLT 8/pon V1600g1-b Gpon V-sol no valor de R$9.000,00 (nove mil) e Ccr 2116 no valor de R$6.000,00 (seis mil reais), pagamento a vista, via PIX, somando assim R$15.000,00 (quinze mil reais). Após muita cobrança quanto ao envio dos equipamentos e fornecimento do cód. de rastreio, o vendedor, ora demandado, procedeu com o envio de um dos equipamentos, qual seja, Ccr 2116. Enquanto que, o segundo aparelho, OLT 8/pon V1600g1-b Gpon V-sol, não foi entregue até o presente momento, pior, sem qualquer previsão pelo vendedor. Encontrando-se o(a)(s) ré(u)(s) em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o(a)(s) ré(u)(s) será(ão) considerado(a)(s) revel(éis), caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo 28/09/2026.| 12,13

SINDICATO DOS FISCAIS DE POSTURAS MUNICIPAIS, AGENTES VISTORES E AGENTES DE APOIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SAVIM EDITAL DE CONVOCAÇÃO Assembleia Geral Extraordinária Nos termos dos artigos 6º, 7º; 9º, 10, 11 e 44 e demais disposições atinentes à espécie dos Estatutos Sociais, ficam os Srs. Associados convocados para a Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 24 de novembro de 2026 com início às 10h00 e término às 16h00 na sede do SAVIM situada na R. Cel. Xavier de Toledo, 316, 12º andar, Conj.120 - São Paulo - SP. **ORDEM DO DIA** a - Votação por escrutínio secreto e direto dos senhores membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo, nos termos dos artigos 12, 21, 44 e 49 e demais disposições dos estatutos sociais da entidade atinentes à espécie, respectiva ao triênio a iniciar-se em 1º janeiro de 2027 e findar-se em 31 de dezembro de 2029. b – Apuração dos votos. c – Proclamação dos eleitos. São Paulo, 12 de novembro de 2026. Mario Roberto Fortunato Diretor Presidente

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 387ª e 388ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), observado o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 387ª e 388ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem da Assembleia Especial ("Assembleia") a ser realizada, 2ª (segunda) convocação, em **03/12/2026, às 14h30 de modo exclusivamente digital**, por meio de videoconferência via plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60") e Resolução CVM 81, de 29 de abril de 2022 ("Resolução CVM 81"), cujo acesso deve ser feito por meio de *link* a ser encaminhado aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do conclave, para deliberar sobre o assunto que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** a aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 30/06/2026 ("Demonstrações Financeiras"), emitidas e apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu Website (https://fortesec.com.br/relacao-investidor/) **com ressalvas**, acompanhadas do relatório da CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes S/S Ltda., na qualidade de auditor independente, elaboradas conforme a Resolução CVM 60, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e demais normas contábeis, legais e regulatórias aplicáveis. **Informações Gerais:** Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (https://fortesec.com.br/relacao-investidor/) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. Ademais, a Securitizadora se coloca à disposição dos Titulares de CRI para prestar outros esclarecimentos que porventura se façam necessários, os quais poderão ser solicitados por meio de envio de comunicação ao endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br. **Documentos de Representação:** A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* para aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, em 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: a) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; b) quando pessoa jurídica, (i) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; c) quando fundo de investimento, (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Especial de Titulares de CRI; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; e d) caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. **Participação na Assembleia:** A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no *e-mail* gestao@fortesec.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"), observado que **as credenciais de acesso à Assembleia serão enviadas aos Titulares de CRI Credenciados somente após o recebimento, pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, dos respectivos documentos de representação aplicáveis.** Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem *e-mail* e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima (sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso, após o contato com a Emissora e o Agente Fiduciário nos moldes acima mencionados, determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* gestao@fortesec.com.br com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Titular de CRI seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar ou por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância:** Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (https://fortesec.com.br/relacao-investidor/) e na página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 09 de novembro de 2026. **Forte Securitizadora S.A.**

Congresso prorroga por 60 dias MP que proíbe bets no país

O Congresso prorrogou por 60 dias a vigência da Medida Provisória (MP) 1.394/2026, que proibiu a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade das bets em todo o país.

O ato assinado pelo senador Davi Alcolumbre está publicado no Diário Oficial da União da quarta-feira (11).

Instituída em setembro deste ano, a MP determinou o encerramento das operações das plataformas de apostas on-line no Brasil e estabeleceu regras para a devolução dos valores mantidos pelos apostadores nas contas das empresas.

Após assinar o texto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a comparar as casas de apostas on-line com um "câncer".

"Eu tomei uma medida dura e drástica necessária. Isso é como um câncer. Ou a gente tira o tumor, ou esse tumor vai matar a gente."

Com a publicação da medida, novas apostas passaram a ser proibidas imediatamente.

A medida provisória também criou o Comitê Interinstitucional de Fiscalização da Exploração e da Publicidade Ilegal de Apostas de Quota Fixa para intensificar as ações de combate às plataformas irregulares.

Entre as medidas anunciadas pelo governo estão: identificação e retirada de sites ilegais do ar; bloqueio de contas bancárias usadas para operações clandestinas; compartilhamento de informações entre órgãos públicos.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Polícia Federal receberam reforço de estrutura para ampliar as ações de fiscalização e investigação de movimentações financeiras ligadas ao setor.

Ao anunciar a proibição das bets, Lula afirmou ainda que a medida foi adotada após consultas a integrantes da equipe econômica, representantes da sociedade civil e cidadãos afetados pelos impactos do jogo.

Segundo o governo, estudos apontam efeitos negativos das apostas sobre o orçamento familiar, a saúde mental e o endividamento da população.

Dados citados pelo Executivo mostram que as apostas online provocaram perdas de R$ 62,5 bilhões para as famílias brasileiras em 2025.

Ações contra a proibição

A constitucionalidade da MP também está sendo analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A norma é alvo de quatro ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) apresentadas por entidades representativas do setor de apostas.

Após pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), o ministro Luiz Fux determinou a suspensão de todas as ações judiciais em tramitação no país que contestam a proibição das bets até que o plenário do STF julgue o mérito das ações.

Segundo a decisão, a medida busca evitar insegurança jurídica decorrente de decisões divergentes sobre o tema.

Antes da suspensão nacional dos processos, decisões da Justiça Federal chegaram a autorizar temporariamente o retorno das atividades de algumas plataformas, mas as liminares foram posteriormente revertidas.

As apostas de quota fixa foram autorizadas no Brasil pela Lei nº 13.756, de 2018. A regulamentação do setor ocorreu apenas em dezembro de 2023, por meio da Lei nº 14.790, que definiu as regras para o funcionamento das empresas no país.

Com a edição da MP 1.394/2026, o governo federal revogou a autorização para exploração das bets e deu início ao processo de encerramento das atividades das plataformas no território nacional. (Agência Brasil)

Aneel propõe Tarifa Hora Certa para reduzir valor em função do horário

Em breve, uma parcela dos consumidores de energia elétrica na baixa tensão será enquadrada em uma nova modalidade tarifária: a Tarifa Hora Certa, em que o valor da energia é calculado em razão do horário. O objetivo é incentivar os consumidores a fazer o uso da energia em horários de menor pico.

A proposta, apresentada na segunda-feira (9) pela Agência Nacional da Energia Elétrica (Aneel) ainda precisa obter o aval da diretoria da agência reguladora para ser implementada. A previsão é de que o tema seja analisado ainda neste ano, para iniciar os preparativos em 2027 e implantar a modalidade a partir de 2028.

A Tarifa Hora Certa é destinada aos consumidores na baixa tensão dos subgrupos residencial (B1), rural (B2) e comercial, industrial e outras atividades (B3), que consomem a partir de 500 quilowatt-hora/mês (kWh/mês).

O especialista em regulação da Aneel Diego Brancher, explica que o consumo residencial mensal médio no país é da ordem de 160 kwh e que, portanto, a Tarifa Hora Certa vai beneficiar grandes consumidores da baixa tensão. Essa parcela é formada por cerca de 5,7 milhões de usuários.

"A ideia não é chegar em todos os consumidores de baixa tensão. É ter um percentual pequeno desses consumidores, mas que representa um percentual grande do mercado de energia. Essa é a proposta", disse.

Pela proposta, quem está aci-


Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

ma do limite de 500 kWh/mês será enquadrado automaticamente. Quem está abaixo desse limite poderá aderir à nova tarifa por vontade própria. Unidades sem medidor adequado não são enquadradas na iniciativa.

Além disso, não farão parte da Tarifa Hora Certa os consumidores da Tarifa Social e do Desconto Social (programa Luz do Povo), qualquer que seja o consumo, assim como a iluminação pública e unidades com pré-pagamento.

Cronograma

A implantação deverá ocorrer gradualmente. Pelo cronograma proposto pela Aneel, a partir de abril de 2028, serão incluídas as unidades com consumo médio a partir de 1.800 kWh/mês.

Na segunda fase, a partir de abril de 2029, será a vez dos consumidores com consumo médio a partir de 1.000 kWh/mês.

Na terceira e última etapa, que começará a partir de abril de 2031, serão enquadradas as unidades com consumo a partir de 500 kWh/mês.

Horário de consumo

O especialista da Aneel explicou que a tarifa convencional, em vigor, tem um custo mais alto de geração no chamado horário de ponta, e custo menor fora dele. Ou seja, nesse tipo de tarifa quem consome fora da ponta acaba ajudando a pagar o custo de quem consome na ponta.

Segundo Brancher, a Tarifa Hora Certa torna essa diferença visível na conta: em alguns períodos do dia, usar eletricidade custará menos e, em outros, custará mais.

"Vai ter alguns horários que [o custo da energia] é mais caro, que é o horário de ponta, tem o horário intermediário que, normalmente é uma hora antes e depois desse, e tem o que a gente chama de fora da ponta, em que a tarifa é mais barata", afirmou.

"Então o que nós estamos propondo é que o consumidor comece a perceber uma variação de custos ao longo das horas do dia", continuou.

Brancher lembrou que o sistema elétrico no Brasil mudou nos últimos anos, com a necessidade de utilizar usinas termelétricas no início da noite para suprir a demanda do sistema, o que implica em aumento de custo.

Além disso, com a chegada das usinas eólicas e solares, houve um aumento de carga de energia durante o dia, reduzindo o custo da operação. A tarifa convencional, contudo, não reflete essas mudanças.

"A tarifa convencional já deixou de ser neutra. Tem consumidores que pagam mais do que custam [ao sistema elétrico] e tem consumidores que pagam menos do que custam. Então a tarifa Hora Certa e para ver se corrige essa distorção", resumiu.

Pela proposta, a Tarifa Hora Certa utilizará três períodos de cobrança: horário de ponta, com tarifa mais elevada, formado por três horas consecutivas, em geral no início da noite; horário intermediário, com valor intermediário, normalmente correspondente à hora anterior e à hora posterior à ponta; e horário fora de ponta, com tarifa menor, nas demais horas.

Aos sábados, domingos e feriados nacionais valerá o valor do período fora de ponta, sem variações de custo.

Os horários exatos e os valores cobrados não serão necessariamente iguais em todo o país, pois dependem das regras e tarifas aplicáveis à distribuidora responsável pelo fornecimento de energia ao consumidor.

Um exemplo é o levantamento da Aneel, com base nos dados da Cemig Distribuidora, que aponta que o kWh fica em torno de R$ 0,75 no período fora da ponta, enquanto no horário de ponta ele sobe para R$ 1,73. Já na tarifa convencional, ele custa R$ 0,90.

Dessa forma, quem possui algum tipo de comércio ou pequena indústria poderá ajustar melhor seu horário de produção para fora do horário de ponta, diminuindo o valor pago na conta de luz.

O mesmo vale para propriedades rurais, com a irrigação e o bombeamento de água, e para as residências.

Com essa modalidade tarifária, dois estabelecimentos que consomem a mesma quantidade de energia no mês poderão pagar valores diferentes: quem concentra parte do uso nos períodos de tarifa menor reduz a conta, e quem usa muita energia nos horários mais caros paga mais.

Transição

Para auxiliar os consumidores, a proposta prevê um período de transição em que o consumidor será notificado previamente pela distribuidora.

Depois disso, durante três meses, ele receberá uma conta informativa, sem efeito de cobrança, mostrando a diferença de valores da tarifa atual e da Tarifa Hora Certa. A ideia é mostrar ao consumidor o seu perfil de consumo para que ele possa ajustar sua rotina.

Após o recebimento dessas três contas ele será enquadrado na Tarifa Hora Certa. Durante esse período de transição, o consumidor poderá optar por sair da modalidade. Quem preferir não aderir à Tarifa Hora Certa poderá pedir a migração para a tarifa plana temporária.

Esta última tem valor único em qualquer horário, superior ao da tarifa convencional. Essa opção valerá por dois anos, contados do início de cada etapa de enquadramento, e será extinta em 2033. Encerrado esse prazo, a unidade passará a ser faturada pela Tarifa Hora Certa.

Geração

Outro ponto importante, a Tarifa Hora Certa também será aplicada às unidades com micro ou minigeração distribuída, como painéis solares. As mesmas regras serão aplicadas, ou seja: as unidades que consomem ou injetam na rede, em média, a partir de 500 kWh/mês, apurados na mesma janela de 12 meses terão enquadramento automático.

"A mesma regra valerá para as novas estações de recarga de veículos elétricos para exploração comercial: como a recarga é uma carga flexível, o sinal de preço por horário também orienta essas instalações, desde a origem, a evitar o horário de ponta."

Além disso, as unidades que aderirem ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica com pedido de conexão feito a partir de 90 dias após a publicação da nova norma serão incluídas na Tarifa Hora Certa sem opção de saída, independentemente do consumo.

"A diferença tem uma razão. A opção de saída existe para proteger quem já está conectado e nunca escolheu a forma como é cobrado. Quem instalar geração própria ou uma estação de recarga depois dessa data fará o investimento já com ciência da regra e poderá planejar o uso para aproveitar os horários de tarifa menor desde o início. Por isso, a norma prevê o prazo de 90 dias entre a publicação e a aplicação dessa regra", informou a Aneel. (Agência Brasil)

Movimento negro reivindica projetos de leis antirracistas para escolas


Foto: Joédson Alves/EBC

Organizações do movimento negro lançaram, na quarta-feira (11), em Brasília, um pacote de seis projetos de leis (PLs) para fortalecer a educação antirracista nas escolas brasileiras. O objetivo é aprovar os PLs nas câmaras de vereadores e nas assembleias legislativas de todo o país.

Entre os projetos, estão o de criação da Política de Educação Antirracista para registro e encaminhamento de denúncias de discriminação racial no ambiente escolar e o que cria o Observatório da Equidade Étnico-Racial na Educação para, entre outras finalidades, produzir dados sobre o tema para orientar políticas educacionais.

Elaborado pela Rede A Ponte, do movimento de mulheres negras, a iniciativa Maré de PLs: educação antirracista conta com apoio de organizações do movimento negro brasileiro e marca a mobilização do mês da consciência negra.

A gestora de mobilização e articulação política da rede, Lauana Chantal, explicou à Agência Brasil que esta é a 18ª edição do projeto, que já conseguiu aprovar medidas como cotas raciais e de gênero para o serviço público em alguns municípios do país.

"Como vivemos em uma sociedade racista, o Estado tem o dever de pensar políticas públicas que vão coibir práticas racistas, práticas que vão diminuir crianças e jovens no espaço educacional."

Outro projeto de lei proposto cria o Prêmio de Escola Antirracista reconhece unidades comprometidas com a pauta. Há ainda o PL para criar Transparência na Fila da Creche, ampliando o controle das famílias que entrar no sistema público de educação pré-escolar.

Os projetos buscam ainda fortalecer a aplicação de leis que tornam obrigatórios os ensinos da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas (Lei 10.639 de 2003 e Lei 11.645 de 2008).

A coordenadora nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), Iêda Leal de Souza, disse à Agência Brasil que um dos problemas é que essas leis não são cumpridas no sistema educacional brasileiro.

"O país só vai melhorar com o reconhecimento dos 60% de negros no país; com a recontagem da história do negro; e com legislação, punindo e fazendo com que os espaços mais importantes de educação, saúde, turismo e transporte possam obedecer às leis."

Iêda defendeu que os projetos de lei (PLs) sejam aprovados nas assembleias e câmaras de vereadores.

"São modelos de PLs para devem ser copiados para que as pessoas possam, de fato, se organizar e serem combatentes do racismo. Isso vai transformar as cidades em cidades antirracistas", completou.

O pacote de projetos de leis ainda inclui medidas para educação escolar indígena e educação quilombola, com objetivo de reconhecer as identidades indígenas quilombolas e valorizar os saberes dos povos originários e quilombolas do Brasil, fortalecendo os vínculos das escolas com os territórios.

Educação antirracista

Cerca da metade dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio do Brasil afirmam que não presenciaram debate sobre desigualdade racial nas escolas, segundo levantamento do Sistema de Avaliação da Educação Básica, realizado em 2023.

Por outro lado, pesquisa do Ministério da Educação (MEC) aponta que, entre 2024 e 2026, a educação antirracista avançou nas escolas, segundo o Diagnóstico Equidade 2026.

O estudo aponta que o percentual de redes de ensino com áreas específicas para coordenar ações de equidade racial passou de 15% para 42% nos municípios, chegando a 100% nas redes estaduais de ensino. (Agência Brasil)

Free flow: governo envia notificações sobre débitos pendentes

O governo federal começou a enviar esta semana notificações oficiais para alertar motoristas com pendências em pagamentos de pedágio eletrônico (free flow). De acordo com o Ministério dos Transportes, as mensagens serão encaminhadas pelo whatsApp para celulares de usuários cadastrados.

Em nota, a pasta informou que os motoristas têm até o próximo dia 16 para quitar as tarifas em atraso sem a aplicação de multas. As regras foram estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que suspendeu temporariamente as autuações para permitir a quitação dos débitos.

A partir de 17 de novembro, as tarifas não pagas dentro do prazo irão resultar em autuação.

Por meio do aplicativo CNH do Brasil, é possível consultar as passagens registradas nos sistemas de free flow, incluindo a data da passagem, a concessionária responsável, a situação da tarifa e o canal para pagamento. A quitação deve ser feita diretamente pelo meio indicado pela concessionária, conforme informações disponíveis no app.

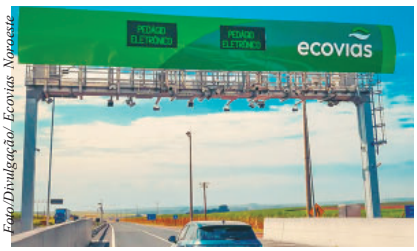


Foto: Divulgação/ Ecovias Nascente

O ministério destacou que também é possível regularizar passagens anteriores ao período definido pelo Contran. Nesses casos, o pagamento até 16 de novembro resulta no cancelamento do processo de infração e de seus efeitos, conforme condições previstas na regulamentação.

"Quem já pagou a multa decorrente da inadimplência também poderá solicitar o ressarcimento ao órgão responsável pela autuação, desde que quite a tarifa correspondente dentro do prazo. Comprovada a regularização, o valor da multa deverá ser ressarcido, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro", informou a pasta.

Sistema free flow

Implementado no Brasil em 2023, o sistema free flow funciona como modelo de pedágio eletrônico sem praças físicas de cobrança. Os pórticos, equipados com sensores, registram automaticamente a passagem dos veículos, permitindo a cobrança proporcional ao trecho percorrido. (Agência Brasil)

Trabalhador poderá autorizar bancos a consultar extrato do FGTS

A Caixa Econômica Federal passou a permitir na terça-feira (10) que trabalhadores autorizem instituições financeiras a consultar informações do extrato do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O serviço pode ser usado para comprovar renda ou vínculo empregatício em operações financeiras.

Com a novidade, o trabalhador não precisa mais baixar, imprimir e entregar o extrato do FGTS ao banco ou à instituição financeira. As informações são consultadas diretamente na base do fundo, desde que haja autorização expressa do titular da conta.

Segundo a Caixa, a medida busca tornar a comprovação de renda e de vínculo de trabalho mais prática e segura, além de reduzir o risco de apresentação de documentos adulterados ou com informações inconsistentes.

Entre as principais características do serviço estão:

Gratuidade: não há cobrança pela autorização;

Escolha do trabalhador: o titular define quais instituições podem consultar os dados;

Prazo: a autorização vale por 90 dias;

Cancelamento: a permissão pode ser revogada a qualquer momento;

Histórico: as instituições autorizadas podem consultar os depósitos dos últimos 12 meses;

Privacidade: o serviço não permite consultar o saldo total da conta.

Como funciona

A autorização é gratuita e pode ser feita pelo aplicativo FGTS ou presencialmente, em uma agência da Caixa. O trabalhador pode escolher quais instituições financeiras poderão consultar os dados.

A permissão tem validade de 90 dias e pode ser cancelada a qualquer momento. Com a autorização, as instituições habilitadas poderão acessar o histórico dos depósitos realizados nos últimos 12 meses.

O acesso permite que os bancos verifiquem informações relacionadas ao vínculo de trabalho e à renda declarada pelo cliente, auxiliando na avaliação de risco e na prevenção de fraudes.

O serviço permite consultar informações específicas da conta vinculada ao FGTS, mas não libera o acesso ao saldo total do trabalhador. Essa informação continua disponível exclusivamente para consulta do titular pelo aplicativo FGTS.

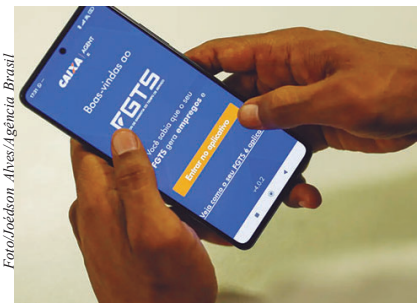


Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

Habilitação dos bancos

Para utilizar a ferramenta, as instituições financeiras precisam primeiro ser habilitadas pela Caixa. A solicitação deve ser encaminhada por e-mail corporativo para o endereço cefge24@caixa.gov.br, acompanhada da documentação exigida no Manual Operacional.

Depois da habilitação, a instituição passa a integrar a lista de agentes financeiros que podem ser autorizados pelos trabalhadores.

Inclusão financeira

De acordo com a Caixa, o compartilhamento de informações diretamente da base do FGTS também pode contribuir para a inclusão financeira.

Com dados mais confiáveis sobre renda e vínculo empregatício, as instituições financeiras podem avaliar melhor o perfil dos clientes e oferecer serviços mais adequados às suas necessidades.

O manual com as orientações para as instituições está disponível no site da Caixa, na seção de downloads, e no portal do FGTS, na área de destaques, em "Consulta Extrato FGTS". (Agência Brasil)